

Título da comunicação: Conservação versus acesso: mapeamento de coleções.

Resumo:

Os arquivos devem assegurar a transmissão às gerações futuras dos fundos à sua guarda, em condições de organização e estado de conservação, que possibilite o seu acesso. Isto significa que os documentos têm que estar em condições físico-químicas que permitam o seu manuseamento. Considerando a problemática da gestão dos arquivos, na sua dupla perspectiva, conservação e acesso, debater-se-á a influência das políticas de tratamento arquivístico e, em particular, das estratégicas de conservação e restauro no grau de acessibilidade, o qual está relacionado, directamente, com o nível de deterioração física e química dos documentos. Nestas circunstâncias, propõem-se a aplicação de um modelo para o mapeamento das coleções, sustentado na caracterização do seu estado de conservação, de acordo com uma ferramenta de diagnóstica desenvolvida pelo laboratório de Conservação e Restauro do IICT/AHU.

Será apresentada, em detalhe, a referida ferramenta de trabalho, através da qual é possível propor o grau de acessibilidade dos documentos, após o diagnóstico do seu estado de conservação, com vista à promoção de uma política de acesso, transparente, segura e eficaz, que responsabiliza a instituição e envolve os utilizadores. A tabela inclui quatro separadores principais – Identificação, Caracterização (material e estrutural), Estado de Conservação, Conservação – aos quais se associa um separador de apoio onde estão as informações e os códigos que são utilizados nas fórmulas dos separadores principais; e outro onde se regista o historial de alterações na estrutura da tabela. Destaca-se o separador Estado de Conservação, onde são definidos o índice geral de condição e a acessibilidade, que estão interrelacionados: tendo em conta danos comumente encontrados em documentos gráficos [1] é dada uma ponderação a cada tipo de dano conforme a sua intensidade e extensão na peça (0=nulo, quando não se observa esse tipo de dano; 1=ligeiro, quando apenas existe pontualmente; 2=médio, quando apresenta uma extensão normalmente inferior a metade da peça; 3=intenso, quando a sua extensão é superior a metade da peça, ou quando implica risco de perda de

informação), além de uma breve descrição e localização na peça, e por média aritmética, é definido um índice geral de condição numérico que, de acordo com o valor, é traduzido nas designações de condição - “muito bom”, “bom”, “razoável”, “deteriorado”, ou “muito deteriorado” – e também no nível de acessibilidade “geral”, “reservado” ou “inacessível” (que, como forma de realce, surgem coloridas a verde, amarelo e vermelho, respectivamente). Foram ainda concebidas fórmulas que asseguram que, em caso de haver risco de perda de informação ou infestação activa, mesmo que em média a condição da peça seja “razoável”, esta é imediatamente considerada como “Reservada” e assume um carácter prioritário ao nível da intervenção de conservação e restauro. Acresce que no separador Conservação e Restauro durante o diagnóstico são também preenchidos campos para proposta de intervenção mínima com estimativa de tempo previsto, de forma a facilitar o planeamento dos trabalhos seguintes.

Com base na experiência e dificuldades enfrentadas com a integração no AHU, em 2007, de uma das parcelas mais deterioradas do arquivo do Ministério do Ultramar, disperso por vários organismos, na cidade de Lisboa, após a sua extinção, em 1974; e através da aplicação da ferramenta de diagnóstico aqui apresentada a parcelas significativas das colecções, é possível propor um modelo de mapeamento de colecções, que permite caracterizar o ‘perfil de dano’ de uma colecção, a médio e longo prazo, tendo em conta diferentes factores de deterioração, onde se destacam, como mais difíceis de controlar: (i) a decadência intrínseca, relacionada com os materiais que compõem a colecção; (ii) e o factor humano, onde se integra a negligência e casos de incúria, muito comuns nos arquivos da administração pública, em Portugal, em consequência da falta de recursos.

Por último, discutir-se-ão as formas de utilização da informação recolhida através do mapeamento das colecções, com vista ao delineamento de uma estratégia de preservação e programas de digitalização, ao estabelecimento de prioridades e necessidades de conservação e restauro e para determinação do grau de acessibilidade de uma colecção nas salas de leitura.

Palavras-chave: Conservação e acesso; mapeamento de colecções; diagnóstico de conservação; grau de acessibilidade.

Bibliografia:

[1] P. van der Most, P. Defize, J. Havermans e E. van der Doe, Archives Damage Atlas – A tool for assessing damage, The Hague: METAMORFOZE, 2010.

Nota biográfica:

Maria da Conceição Lopes Casanova. Doutorada em Conservação e Restauro / Teoria, História e Técnicas pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT / UNL) (2012), pós-graduada em Conservation Studies pelo Camberwell College of Arts da Universidade de Londres (1989) e licenciada em História / Variante de Arte e Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1983), foi responsável pelos serviços de conservação e restauro da Biblioteca Nacional de Lisboa (1989-1998) e dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (1999-2004) e consultadora em organismo como o Instituto Português de Arquivos (1989-1991), a Fundação Calouste Gulbenkian (1993-1998) e a Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais (1998-2004). Actualmente, é responsável pela Direcção de Serviços de Gestão e coordenadora do Centro de Informação e Documentação do Instituto de Investigação Científica Tropical, tendo a seu cargo a gestão do Arquivo Científico Tropical Digital e a supervisão do projecto 'Promoção do Saber Tropical'. É ainda professora auxiliar convidada no Departamento de Conservação e Restauro na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, desde 2005.

Laura Moura. Licenciada em Conservação e Restauro (pré-Bolonha) em 2004 pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL). Especializada em Conservação e Restauro de Documentos Gráficos, tendo estagiado no serviço de Preservação e Restauro do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (2003-2004). Exerce atividade no Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) desde maio de 2005 tendo como principais áreas de atividade a Conservação Preventiva e Conservação e Restauro de Documentos Gráficos. Desde 2005 colabora com o Departamento de Conservação e Restauro da FCT-UNL na

docência e co-orientação de projetos na área de Conservação e Restauro de documentos gráficos, ao abrigo de protocolo com o IICT, tendo também sido docente na mesma área na Escola Superior de Artes Decorativas – Fundação Ricardo Espírito Santo (ESAD-FRESS).

Ana Canas Delgado Martins. Doutorada (PhD) em Library and Information Studies, University College London. Actualmente diretora do Arquivo Histórico Ultramarino do Instituto de Investigação Científica Tropical, onde é investigadora auxiliar. Colaboro como docente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa na Pós-Graduação Gestão e Curadoria da Informação e anteriormente no Mestrado de Ciências da Informação e da Documentação, área na qual tem arguido teses e participado em júris. Foi arquivista no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, docente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e assistente de investigação no Instituto Gulbenkian de Ciência.

Áreas de interesse: História, Arquivística e Gestão de Património, nomeadamente no contexto colonial.

Algumas referências bibliográficas:

- “Memórias Abertas de Moçambique e Arquivos Imperfeitos” in *Atas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*. [Lisboa]: IICT, 2013, p.1-14

"Arquivo Histórico Ultramarino: um património histórico e científico" *Revista do Instituto de Gestão e Planeamento de Angola – IGPUL*. Luanda, 5 (Dezembro 2012), 13-15.

- *Governança e Arquivos: D. João VI no Brasil*. Lisboa: IAN/TT, 2007

- *O Tribunal da Inquisição no Estado da Índia: Origens (1539-1560)*. Lisboa: AN/TT, 1995